

## 2

**O Funcionalismo: fundamentação teórico-metodológica**

Reflitamos sobre a escola funcionalista neste capítulo, destacando seus pressupostos teóricos, seu histórico, suas vertentes e principais representantes. Outrossim, meditaremos sobre o conceito de “função”, de “transitividade” e de “frase” do ponto de vista funcionalista.

Pertinentes são as palavras de Maria Helena de Moura Neves (2004: 1), que assim se expressou:

“Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam. Prideaux (1994) afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos lingüistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que **simplesmente rejeitaram o formalismo** até os que criam uma teoria. A verdade é que, dentro do que vem sendo denominado – ou autodenominado – “funcionalismo”, existem modelos muito diferentes”.

(grifo nosso)

Nesse passo de Neves, atente-se não só ao fato de o rótulo *funcionalismo* recobrir muitas versões de trabalhos, cujas características não parecem justificar tal rotulação, mas também ao fato de existirem lingüistas que se dizem “funcionalistas”, em virtude de rejeitarem o formalismo. Nesse tocante, as palavras de Bates (*apud.* Newmeyer 2000: 13) sintetizam a situação teórica do funcionalismo: “o funcionalismo é como o Protestantismo: um grupo de seitas antagônicas que concordam somente na rejeição à autoridade do Papa”. Evidentemente, o pensamento de Bates ignora o desenvolvimento da teoria funcionalista e suas contribuições à compreensão do funcionamento da linguagem. Além disso, a investigação funcionalista surgiu muito antes da teoria gerativa.

Não obstante a ironia do pensamento de Bates, com o qual procura responder à pergunta “o que há de comum a todos os modelos teóricos?”, pode-se dizer, seguramente, que os trabalhos funcionalistas assentam na concepção de que a língua é um instrumento de interação social, e ao lingüista compete a tarefa de investigar o modo como os falantes se comunicam pela língua. Consoante Martinet (1994: 14. *apud.* Neves, 2004: 2), a competência comunicativa deve

nortear a investigação lingüística, visto que “toda língua se impõe (...), tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência”. Entende-se por experiência “tudo o que [o homem] sente, o que ele percebe, o que ele compreende em todos os momentos de sua vida”.

Os trabalhos funcionalistas estribam-se na idéia de que a estrutura lingüística não pode ser descrita satisfatoriamente sem a consideração do evento comunicativo. Vale lembrar que uma das grandes contribuições dos modelos funcionalistas é a integração da pragmática na teoria gramatical. O funcionalista estuda a língua na interação social, fato que o leva a rejeitar a autonomia da língua em face ao discurso. Nesse tocante, diz-se comumente que a função comunicativa da língua exerce influência sobre sua forma, ou, mais radicalmente, a forma da língua “deriva” do uso que dela se faz.<sup>8</sup>

No que toca à rejeição de uma autonomia da língua, os funcionalistas, entre os quais Givón (1995) e Nichols (1984: 97), citados por Neves, advogam a idéia de que a compreensão satisfatória do mecanismo gramatical depende da consideração de fatores como “cognição”, “comunicação”, “processamento mental”, “interação social”, “cultura”, “mudança” e “variação”, “aquisição e “evolução”.

---

8. Essa concepção se acha no artigo de Votre & Naro, denominado de *Mecanismos funcionais do uso da língua* (D.E.L.T.A., vol. 5, nº 2, 1989).

A gramática funcional, entendida aqui como “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social” (Neves, 2004:15), segundo aqueles autores, não só se ocupa da análise da estrutura interna da língua, mas também, mormente, da análise da situação comunicativa, a qual encerra o propósito do evento de fala, os participantes desse evento e o contexto discursivo. A tarefa precípua de uma gramática funcional é, consoante enfatiza Beaugrande (1993, cap. III. *apud*. Neves, 2004: 3), “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

No que tange ao histórico do funcionalismo, pode-se afirmar que o modelo funcionalista é tão antigo quanto o paradigma formal, o qual encerra o estruturalismo saussuriano. O funcionalismo moderno remonta à concepção de lingüistas que precederam Saussure, entre os quais citem-se Whitney, Von der Gabelentz e Hermam Paul, representantes da escola neogramática no final do século XIX. Esses autores já levavam em conta em seus trabalhos fenômenos sincrônicos e diacrônicos, bem como reconheciam a importância de a descrição lingüística ser baseada em parâmetros psicológicos, cognitivos e funcionais.

Poder-se-ia referir muitos outros trabalhos, em que se pode patentear a visão funcionalista; limitamo-nos a citar alguns. Na tradição antropológica americana, acha-se o ponto de vista funcionalista no trabalho de Sapir (1921, 1949) e de seus discípulos. Também podemos patentear o ponto de vista funcionalista na teoria tagmêmica de Pike (1967), no trabalho de base etnográfica de Hymes (1972) – autor que cunhou o conceito de “competência comunicativa”- , na tradição britânica de Firth (1957) e Halliday (1970, 1973, 1985), entre outros.

Dentre todos os trabalhos orientados numa visão funcionalista da linguagem, os mais representativos, já que a eles se deve o desenvolvimento da teoria funcionalista, estão baseados nas concepções de um grupo de estudiosos a que se atribui a designação *Escola Lingüística de Praga*. Seus trabalhos datam de anos anteriores a 1930.

Os estudiosos de Praga concordavam na rejeição da dicotomia Chomskiana entre “competência” e “desempenho” – rejeição que pode ser contemplada também nos modelos de Halliday e Dik.

Diz-se que a Escola de Praga caracteriza-se por ser um estruturalismo funcional. Destarte, a língua é entendida como um sistema funcional, o qual

encerra um componente sistêmico e um componente funcional. Vale dizer que, na Escola de Praga, a frase é considerada uma unidade comunicativa que veicula informação e que está relacionada à situação comunicativa. Portanto, importa aos estudiosos a análise das frases “reais”, a saber, efetivamente realizadas, a cuja interpretação vem em socorro o contexto, quer verbal, quer não-verbal. É no enunciado realizado na situação comunicativa que se podem verificar as regularidades de que se deve ocupar a análise. A frase é uma unidade lingüística que deve ser estudada não só internamente (isto é, levando-se em conta seus aspectos fonológico, morfológico e sintático), como também “externamente”, a saber, correlativamente ao contexto comunicativo.

Destarte, a frase, do ponto de vista comunicativo, é bipartida em “tema” (elemento de baixa informatividade) e “rema” (elemento de maior informatividade). Nessa perspectiva, considera-se que a organização dos constituintes frasais está relacionada à organização da informação da frase. Por exemplo, os estudiosos de Praga demonstraram que, no theco, a ordem das palavras é determinante da organização da informação na frase.

O termo *funcionalismo* pode recobrir qualquer abordagem que se assenta na concepção de que as expressões lingüísticas servem ao propósito comunicativo. Nesse tocante, Bechara (1991: 1 *apud.* Neves, 2004:55), observa que a denominação “funcionalista” tem sido aplicada a “várias modalidades de descrição lingüística e de aplicação pedagógica no estudo e ensino de línguas”. Segundo o autor, a isso se deve a difícil tarefa de definir esse campo de estudos.

Consoante observa Nichols (1984, *apud.* Neves, 2004: 55), o rótulo “funcionalismo”, em geral, é aplicado a três vertentes: uma conservadora, uma radical e uma moderada. O funcionalismo conservador limita-se a enfatizar a inadequação do modelo formalista (o qual compreende tanto o estruturalismo quanto o gerativismo), sem propor uma análise própria e, supostamente, mais adequada. O funcionalismo moderado aponta a inadequação do modelo formalista (tendência comum no modelo funcionalista), mas suscita uma análise da estrutura lingüística. O funcionalismo extremado rejeita o conceito de estrutura<sup>9</sup> e defende que as regras assentam na função e não há restrições sintáticas. Esse último tipo de funcionalismo não valida a concepção saussuriana da língua, segundo a qual a língua é um sistema de signos que se relacionam reciprocamente (“a língua é uma sistema”) e defende que a gramática se reduz ao discurso.

Os modelos de Dik e Halliday podem ser incluídos entre os trabalhos funcionalistas “moderados”, segundo Van Valin (1990, *apud.* Neves, 2004: 56), uma vez que, embora considerem inadequado o modelo formalista, propõem uma análise funcionalista da estrutura lingüística, enfatizando a relevância do componente semântico e pragmático na descrição lingüística. Ademais, os autores, ainda que admitam a validade da noção de estrutura para a compreensão das línguas naturais, suscitam uma nova noção de estrutura, que difere da noção formalista.

Vale lembrar que uma das críticas dos funcionalistas aos modelos formalistas repousa na prática de tomar como elemento básico para análise a “sentença”. Em *Discourse Without Syntax* (1979. *apud.* Neves, 2004: 57), Garcia observa que a “sentença”, enquanto elemento básico de análise, não satisfaz aos anseios daqueles que se interessam pela distribuição das unidades gramaticais no interior da própria sentença. Ademais, segundo a autora, a estrutura da língua não pode ser descrita satisfatoriamente sem a consideração do contexto, já lingüístico, já extralingüístico.

A idéia trivial, que parece perpassar todos os modelos funcionalistas, é que, não ignorando o fato de competir ao lingüista a tarefa de registrar os fatos lingüísticos arbitrários, que “se impõem” aos falantes, é necessário reconhecer aspectos da linguagem que, embora óbvios, foram negligenciados pela comunidade lingüística, tais como o fato de a linguagem servir como um instrumento de comunicação entre os seres humanos. Garcia procurou explicar fatos considerados arbitrários do inglês levando em conta aspectos comunicativos.

---

9. Pode-se dizer que Votre e Naro (cf. nota 8) são representantes do funcionalismo extremado, uma vez que, para eles, “o conceito de estrutura no abstrato, considerada independentemente das suas fontes geradoras – entre elas a comunicação – é *uma espécie de ilusão de ótica criada pelo próprio lingüista ao observar as regularidades*, sem observar suas causas”. (p. 170)

Na subseção que se segue, delinearemos o modelo funcionalista de Michael A. K. Halliday e de Simon Dik, que constitui trabalhos funcionalistas “moderados”, segundo Van Valin (1990). Nessa subseção, verificar-se-ão algumas considerações sobre o conceito funcionalista de “transitividade”. Não nos olvidamos de refletir sobre o conceito de “função”, que é central na teoria funcionalista e cuja aplicação é um pouco confusa. Nesse tocante, muita vez, não se distinguem os termos “função” e “uso”. Vamos-nos deter a refletir especialmente sobre os tipos de função de Halliday.

## 2.1

### O modelo funcionalista de Michael A. K. Halliday

#### 2.1.1

##### O conceito de função

Em princípio, apresentamos como o termo *função* é empregado na teoria funcionalista. Mike Dillinger, em seu artigo *Forma e Função na Lingüística*<sup>10</sup>, observa que a acepção na qual é empregado o termo *função*, em Lingüística, não se identifica com o sentido que esse termo tem em matemática; seu sentido, em Lingüística, se identifica com o sentido com que é empregado na álgebra: função é, pois, sinônimo de “relação”. O autor, citando Garvin (1978), distingue três tipos de relações designadas pelo termo “função” na teoria lingüística: função pode designar a) relações entre uma forma e outra (função interna), b) relações entre uma forma e seu significado (função semântica) e c) relações entre o sistema de formas e seu contexto (função externa).

André Martinet (1994. *apud.* Neves, 2004: 5) atribui ao termo *função* a) o valor de “papel”, ou seja, o termo refere-se à utilidade de um objeto ou de um comportamento; b) o valor de “papel de uma palavra em uma oração” (acepção tradicional); c) o valor matemático de “grandeza dependente de uma ou de diversas variáveis”. Para Martinet (1994, p. 13. *apud.* Neves, 2004:5-6), fundador da Sociedade Internacional de Lingüística Funcional (SILF), o termo *funcional*, em Lingüística, refere-se “(...) ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros”.

Há outros sentidos atribuídos ao termo *função*. Nichols (1984. *apud.* Neves, 2004:6), distingue cinco sentidos com que é empregado esse termo: a) função

como sinônimo de interdependência; b) função como sinônimo de propósito; c) função como sinônimo de contexto; d) função como sinônimo de relação; e) função como sinônimo de significado. O autor nota que “a maioria das obras funcionalistas usa função apenas nos sentidos de propósito e de contexto, e não distingue entre os dois” (p. 101. *apud.* Neves, 2004:7).

Ressalte-se que o estudo funcionalista não determina claramente quais funções ou relações constituem seu objeto. Conquanto seja muito corriqueiro o emprego dos termos *função* e *funcional* na Escola Lingüística de Praga, reconhecer a acepção na qual foram usados não é fácil. Dentre as razões apresentadas por Neves, pelas quais é difícil reconhecer os sentidos com que esses termos são usados, citem-se duas: por um lado, o termo *funcional* é empregado, muita vez, com um sentido muito vago, ou serve como um mero rótulo; em segundo lugar, uma abordagem funcionalista não se caracteriza tão-só pelo emprego dos termos *função* e *funcional*. A abordagem funcionalista toma à teleologia e à teleonomia, por exemplo, outros termos, tais como “meios”, “fins”, “instrumento”, etc.

Não obstante a dificuldade de se reconhecer o sentido do termo *função* nos trabalhos da Escola de Praga, pode-se dizer que, em geral, esse termo é empregado na acepção de papel que uma entidade lingüística exerce no processo comunicativo. Dessa idéia infere-se a noção de “código lingüístico”. Grande parte dos autores da Escola Lingüística de Praga empregou o termo no sentido de “tarefas” ou de “propósito”. Destarte, a linguagem desempenha uma série de tarefas ou serve a uma série de propósitos aos seres humanos.

De acordo com o quadro teórico da teleologia, ou teleonomia, pode-se dizer que “um fenômeno  $x$  é um meio para a realização de um fim  $F$ ” (Neves, 2004: 8). Valendo-se da noção de “função”, pode-se alterar essa asserção para: “um fenômeno  $x$  tem uma função  $f$ ” (*ibid.*). Quando se diz que uma entidade lingüística “tem a função de”, diz-se que ela serve como um meio para um fim  $F$ . A noção de *função*, portanto, encerra as idéias de propósito e de meio.

Não se pode olvidar que “função”, na teoria funcionalista, não se aplica às relações de interdependência entre as palavras na oração (as ditas “funções sintáticas”: objeto direto, objeto indireto, etc.); refere-se “ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos (...)” (Neves, 2004: 8). Para

Halliday (1973: 104. *apud.* Neves, 2004: 8), esse é o sentido básico e principal do termo “função” no Funcionalismo.

Doravante, destaquem-se três proposições que procuram determinar as funções da linguagem. Uma dessas proposições é a de Karl Bühler, que aponta três funções da linguagem. Essas funções estão hierarquicamente organizadas nos enunciados; são elas: a função representativa, a de exteriorização psíquica e a de apelo. Distinguem-se, no evento comunicativo, três elementos: o falante (que informa algo), o “algo dito” (aquilo que se informa a alguém) e o ouvinte (que é o receptor e decodificador da mensagem). Nessa atividade, se acham as três funções, que não se excluem mutuamente; ao contrário, coexistem no mesmo evento comunicativo. “Função”, no quadro teórico de Bühler, não se aplica ao papel comunicativo da linguagem, com ser uma propriedade básica e condicionadora do evento de fala. No entanto, em outras proposições, como a de Mathesius (1923, *apud.* Neves, 2004: 10), por exemplo, a função comunicativa é considerada como básica; a ela se relaciona, como secundária, a função expressiva, a qual diz respeito à manifestação das emoções do falante.

A segunda proposição sobre as funções da linguagem, que constitui um desenvolvimento da proposição de Bühler, é a de Roman Jakobson.

---

10. D.E.L.T.A., vol. 7, nº 1, 1991, p. 399.

O lingüista russo acrescenta às três funções de Bühler mais três funções, do que resulta um total de seis funções. Cada uma dessas funções relaciona-se diretamente a fatores envolvidos no ato de comunicação verbal. Elencamos as seis funções de Jakobson abaixo:

- 1) função referencial, que se relaciona ao contexto;
- 2) função emotiva, que se relaciona ao falante (ou remetente);
- 3) função conativa, que se relaciona ao ouvinte (ou destinatário);
- 4) função fática, que se relaciona ao canal de comunicação;
- 5) função metalingüística, que se relaciona ao próprio código lingüístico;
- 6) função poética, que se relaciona à mensagem.

Para Jakobson (1969, *apud.* Neves, 2004: 11), há em todo enunciado um “feixe” hierarquizado de funções. Cada um dos seis fatores envolvidos no evento comunicativo, supramencionados, será destacado num ou noutro enunciado. Disso se segue que, em cada mensagem, há uma função primária (portanto, que tem maior relevo na mensagem) e outras secundárias.

John Rupert Firth e Michael Halliday, representantes da escola britânica, entendem o conceito de *função* no quadro teórico que considera a língua um sistema de “opções”, cujas funções determinam as escolhas e os arranjos. Halliday (1973a. *apud.* Neves, 2004: 12) espousa o conceito de Bühler sobre “função”, muito embora sua teoria das funções da linguagem não seja orientada por um ponto de vista psicológico, à semelhança do que sucede neste último autor. Halliday (1978: 48. *apud.* Neves, 2004: 12) afirma ter Bühler um interesse psicolingüístico, ao qual se deve o fato de ele investigar fenômenos que, embora estejam relacionados à linguagem, “estão fora dela” (*ibid.*id.). Halliday, ao contrário de Bühler, insta em que as múltiplas funções da linguagem se manifestam na organização interna da língua e que, investigando-se a estrutura da língua, pode-se patentear os vários propósitos a que serve a linguagem. De acordo com a visão de Halliday, a pluralidade funcional constitui a base da organização semântica e sintática, isto é, lexical e gramatical das línguas.

Deter-nos-emos na apresentação da proposição de Halliday. O autor propõe a existência de três funções da linguagem. Em primeiro lugar, a linguagem serve à expressão do conteúdo de pensamento; portanto, a linguagem tem uma função

*ideacional*. Dela se valem o falante e o ouvinte para incorporar e organizar na língua suas experiências dos fenômenos do mundo físico e do mundo mental, o qual inclui suas reações, cognições, percepções. Essa função reveste também os atos lingüísticos do falante e ouvinte, concernentes à fala e à compreensão. Da função ideacional deduzem-se duas subfunções, a saber, a “experencial” e a “lógica”.

No tocante à noção de função ideacional, oportunas são as palavras de Azeredo (2002: 17-18, seção 5), ao definir a *função simbólica* da linguagem:

“A função simbólica da linguagem é a responsável pela relação entre o indivíduo e o conjunto de suas experiências da realidade. É a função graças à qual podemos transformar todos os elementos do mundo em dados da nossa consciência e em assunto de nossos discursos (..)

A língua, é claro, não é apenas um meio de comunicação; ela é, antes de tudo, **um sistema de categorias que permite ao homem organizar o mundo em uma estrutura dotada de sentido**”.

(grifo nosso)

A segunda função apontada por Halliday é a função *interpessoal*, pela qual o falante pode participar do evento comunicativo. Assim, o uso da língua implica interação social. Pela função interpessoal, o falante exprime seus julgamentos subjetivos, posiciona-se de tal e qual modo relativamente a um assunto, assume um papel comunicativo e social próprios. Nesse tocante, a função interpessoal serve ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais assumidos pelos participantes do evento comunicativo.

Halliday considera também uma terceira função, a qual é instrumental em face às duas primeiras já mencionadas. A terceira função é a *textual*, que se refere à construção do texto. Graças a essa função, as unidades lingüísticas são ancoradas num contexto e num co-texto. O texto é, pois, o elemento básico do discurso, com o qual os falantes se comunicam (comunica-se por textos e não por frases isoladas). A função textual, não se cingindo a estabelecer elos coesivos entre frases, refere-se, sobretudo, à organização interna da frase, ao seu significado enquanto mensagem, quer em si mesma, quer na sua relação com o contexto.

Doravante, observe-se a contribuição do modelo funcionalista de Halliday. Delinearemos sua proposição, destacando os aspectos mais relevantes ao desenvolvimento de nosso trabalho.

A gramática funcional de Michael A. K. Halliday assenta na teoria de John Rupert Firth (Robins, 1964, p. 290. *apud.* Neves, 2004: 58) e foi influenciada pelas idéias de Malinowski, Whorf e da Escola de Praga. Sua teoria denomina-se *sistêmico-funcional*, porquanto, embora se baseie no modelo funcionalista de Firth, é influenciada pela idéia formalista de que a língua é um sistema. Para Halliday, a língua é uma rede sistêmica e sua gramática constitui-se de uma série de estruturas sistêmicas. O modelo de Halliday é representante de uma “lingüística funcional sistêmica”, já que a lingüística é, tradicionalmente, sistêmica; e se opõe a uma “lingüística formal sistêmica”, cujos representantes principais são Saussure, Harris e Chomsky (entre outros).

Halliday afirma que a teoria lingüística constitui-se de dois “eixos” alternativos: a cadeia (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma) (Halliday, 1963. *apud.* Neves, 2004: 59). A gramática sistêmica apresenta dois tipos de categoria: os traços e as funções. Os traços, que são uma categoria paradigmática e se referem a significado formal e a significado semântico, constituem propriedades dos itens lingüísticos pelas quais eles se relacionam entre si similarmente. As funções são uma categoria sintagmática. A gramática sistêmica é, pois, paradigmática, por excelência, já que inclui as relações paradigmáticas no nível abstrato e profundo e toma o nível sintagmático como o nível da realização, a saber, o nível em que se acham as unidades realizadas.

A gramática, enquanto rede sistêmica, encerra, portanto, um conjunto finito de traços e um complexo de interdependências entre os traços de determinados paradigmas. É a gramática que relaciona umas às outras as escolhas significativas que decorrem das várias funções da linguagem e as realiza numa estrutura unificada (Halliday, 1973, p. 364. *apud.* Neves, 2004: 60). Vale dizer que do termo “escolha” não se deduz “escolha consciente” necessariamente, tampouco “escolha livre”; deveras, uma escolha pode ser feita subconscientemente e pode variar para uma escolha consciente.

De acordo com a proposição de Halliday, como apresentam as línguas uma face “ideacional” (isto é, uma estrutura semântica de organização da realidade) e uma “interpessoal” (isto é, serve ao propósito interacional), as metafunções (anteriormente referidas) representam, no sistema lingüístico, os dois propósitos mais gerais a que servem os usos da língua: “entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal)” (Neves, 2004: 62). Destarte, cada unidade

lingüística se define por referência à sua função no sistema. A gramática funcional é responsável, pois, pela construção de todas as unidades da língua (suas orações, suas expressões). Essas unidades são entendidas como “configurações orgânicas de funções” (id. p. 63). Há, na gramática funcional, dois pressupostos básicos: a) a maior unidade de funcionamento é o texto; b) as unidades lingüísticas são multifuncionais.

Importa considerar que, porque o texto é a unidade real de comunicação, o lingüista deve interessar-se por descobrir como se constrói o sentido do texto. Assim, a língua é concebida como um sistema semântico, visto que é um sistema de produção de significados mediante enunciados. O termo “semântico” recobre a totalidade do sistema de significados de uma língua; esses significados se codificam nos itens lexicais e nos itens gramaticais.

Pode-se dizer que a gramática codifica o significado. Na gramática funcional de Halliday, importa investigar o modo como os significados são veiculados, o que implica considerar as formas da língua como um meio para a realização de um propósito, e não como um fim em si mesmas. A denominação “gramática funcional” diz respeito a uma teoria lingüística que, assentada no componente significativo (caráter funcional), procura interpretar as formas lingüísticas (caráter gramatical).

Antes de levar a cabo essa síntese da gramática funcional de Halliday, damos a saber, a título de ilustração, como o sistema de transitividade é concebido pelo autor. Em princípio, vale dizer que a transitividade, em Halliday, está intrinsecamente relacionada à função ideacional.

Note-se que a gramática funcional constitui-se de vários sub-sistemas que codificam diferentes tipos de significados e que se relacionam às diferentes funções da linguagem. Destarte, o sistema de transitividade, que encerra processos (que dizem respeito ao verbo e exprimem as noções de ‘ação’, ‘percepção’, ‘atribuição’, ‘descrição’ e identificação<sup>11</sup> (os quais são determinados pelo verbo), expressa o mundo ideacional, a saber, as experiências do falante em relação ao mundo real. Especificando papéis como “agente”, “receptor”, etc., o sistema de transitividade codifica a experiência do mundo e se relaciona à função ideacional.

Meditemos um pouco mais no processo de produção de um enunciado. Quando da elaboração de um enunciado lingüístico, o falante aciona a função

ideacional da linguagem, pela qual a realidade é estruturada na língua. A frase, que é parte de um enunciado, é, consoante Halliday, uma unidade lingüística em que se manifestam as relações sintático-semânticas, graças às quais pode representar a realidade<sup>12</sup>.

Como é intenção do falante comunicar-se mediante a realização de enunciados, ele aciona a função interpessoal, pela qual pode “agir” sobre o seu destinatário. Assim, a estrutura sintático-semântica da frase se adaptará à sua perspectiva da realidade, o que implica, necessariamente, diferença na análise e na interpretação dos constituintes frásicos. O falante pode, conforme sua perspectiva, selecionar um novo predicador (verbo) e, conseqüentemente, as unidades a ele relacionadas (seus argumentos). Tomemos para exemplo a frase seguinte:

(f) O maratonista corria muito.

Nessa frase, há o predicador de ‘ação’ (correr) que determina uma estrutura semântica, a qual inclui, necessariamente um agente (maratonista). Esse predicador determina, portanto, um esquema sintático-semântico específico. Veja-se, por outro lado, a frase abaixo:

(g) O biólogo observava o comportamento do pica-pau.

Nessa frase, se acha um predicador de percepção, que seleciona um experienciador, determinando uma estrutura sintático-semântica específica.

Ressalte-se que, do ponto de vista da função interpessoal, nessas frases, a escolha do substantivo redundante na idéia de que não se escolheu nem o falante nem o ouvinte para ocupar a posição de sujeito (função “sintática”).

Atentando-se à organização do circuito comunicativo, pode-se verificar mais claramente como a função interpessoal influencia na forma dos enunciados da língua. Os indivíduos interagem por meio da língua alternando-se nos papéis de falante e ouvinte. Quando falante, o indivíduo seleciona: a) o modo de seu enunciado (se é declarativo, interrogativo, etc.), e b) o sujeito da estrutura sintática. O modo, que é obrigatório, diz respeito à organização dos participantes no evento comunicativo. Assim, por meio do modo, o falante decide se vai

declarar, perguntar, ordenar, pedir, etc. Pelo modo, o falante assume um papel em relação ao seu interlocutor e à própria interlocução.

Inserido numa situação de fala, o falante constrói orações cujo sujeito pode ser ele próprio, o ouvinte ou nenhum dos interlocutores (não-pessoa, caso em que se escolhe um substantivo).

Em suma, a visão de Halliday sobre transitividade é muito mais geral e consistente do que a visão da gramática tradicional, porque não só leva em conta o aspecto reflexivo da linguagem (“a língua codifica a realidade”) como inerente à noção de transitividade, mas também toma o verbo como a unidade central da frase, a qual é responsável por determinar a sua estrutura sintático-semântica. Disso se segue considerar a unidade que ocupa a posição de “sujeito” um argumento do verbo, a saber, um elemento que é exigido pela semântica do verbo.

O sistema de transitividade “fixa” determinados traços na frase, estabelecendo, pois, as relações paradigmáticas e sintagmáticas. O nível sintático é considerado o nível da realização. A escolha de um verbo implica o estabelecimento de uma rede de relações.

<sup>11</sup> Neste trabalho, adota-se a designação “papel temático” (Fiorin, 2003:100).

12. Relacionada ao sistema de modo (que diz respeito às funções como “sujeito”, “complemento”, “predicador”, etc. e do qual deriva o sistema de “modalidade”) se acha a função interpessoal. Assim também, relacionada ao sistema de “tema” ou “informação (que se refere às relações internas ao enunciado e às relações entre o enunciado e a situação) se acha a função textual. Portanto, num enunciado, não se verifica tão-só a função ideacional, senão todas essas três funções (a ideacional, a interpessoal e a textual).

## 2.2 O modelo funcionalista de Simon Dik

Vamo-nos deter a apresentar os aspectos mais pertinentes da teoria funcionalista de Simon Dik, sem, contudo, pormenorizá-la. Em seu modelo, aproveitam-nos as noções de predicação e de estado-de-coisas, que serão apresentadas nessa subseção.

Em princípio, pode-se dizer que Simon Dik, à semelhança dos lingüistas da Escola de Praga, estuda a linguagem do ponto de vista da teleologia; entretanto, não é fácil avaliar a influência dos trabalhos de Praga sobre o desenvolvimento de suas idéias. Sua gramática funcional foi inspirada na teoria pragmática da Escola de Oxford e no Interacionismo Simbólico de G. H. Mead.

Consoante Dik (1989a. *apud.* Neves, 2004:76), numa abordagem funcionalista da linguagem, avulta a seguinte questão: “Como ‘opera’ o usuário da língua natural (*the natural language user – NLU*)?” (ibid.id.). O lingüista funcionalista se interessa por investigar como falante e destinatário se comunicam satisfatoriamente mediante as expressões lingüísticas.

Vale lembrar que, no processo comunicativo, não intervém apenas a competência lingüística (pela qual o usuário é capaz de produzir e compreender corretamente as expressões lingüísticas nas mais diferentes situações), senão um elenco de competências ou capacidades, que referimos abaixo:

a) capacidade epistêmica: o usuário constrói, mantém e explora um conhecimento organizado, bem como deriva conhecimento das formas lingüísticas. Também armazena esse conhecimento apropriadamente e, depois, o utiliza na interpretação de expressões lingüísticas subseqüentes;

b) capacidade lógica: uma vez arquivada uma parcela de conhecimento, o usuário é capaz de derivar outras parcelas de conhecimento mediante regras de raciocínio, como a dedução;

c) capacidade perceptual: o conhecimento do usuário provém de sua percepção do ambiente; e ele é capaz de usar esse conhecimento adquirido para produzir e interpretar as expressões lingüísticas;

d) capacidade social: relacionada ao conhecimento cultural que regula a prática lingüística numa sociedade, essa capacidade permite ao usuário dizer aquilo que é pertinente de modo adequado a um interlocutor particular, numa situação de comunicação determinada, para cumprir objetivos comunicativos particulares.

Todas essas capacidades se inter-relacionam e produzem um *output*. Dessa sorte, diz-se que a gramática funcional é uma teoria geral da organização gramatical das línguas naturais.

Segundo Dik (1989, p. 3. *apud*. Neves, 2004:77), a Lingüística deve considerar dois sistemas de regras:

- 1) as regras que estruturam as expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);
- 2) as regras que regulam os padrões de interação verbal (regras pragmáticas).

O sistema 1) é considerado instrumental em relação ao sistema 2), porquanto, de acordo com a concepção funcionalista, as expressões lingüísticas são descritas e explicadas mediante a postulação de um quadro geral que provém do sistema pragmático de interação verbal. Em suma, propõe-se que a teoria da gramática seja um subcomponente da teoria do “usuário da língua natural” (NLU).

Consoante observa Dik (1980, p. 1. *apud*. Neves, 2004: 79), a teoria funcionalista, conquanto diferencie *sistema de uso*, não estuda um abstraído o outro. Para o autor, para que uma descrição seja cabal, deve-se levar em conta os papéis do falante e do ouvinte na situação de interação. Assim, a expressão lingüística medeia a intenção do falante e a interpretação do seu interlocutor.

Dik (1978, 1989a. *apud*. Neves, 2004: 80) propõe que uma gramática funcional, a fim de dar conta da natureza da linguagem, deve apresentar adequação tipológica, adequação pragmática e adequação psicológica. Uma teoria tipologicamente adequada é aquela que fornece um sistema de regras que pode ser aplicado no estudo de qualquer língua e que dá conta sistematicamente das características pelas quais as línguas se assemelham e diferem. Uma vez integrada

a gramática numa teoria pragmática da interação verbal, que é, por definição, global, pode-se dizer que essa gramática apresenta adequação pragmática. Nesse tocante, a gramática funcional dá a saber as características das formas lingüísticas que são mais pertinentes ao seu uso; e essas características devem ser relacionadas às regras e aos princípios que regulam a interação verbal.

A adequação psicológica pressupõe a inter-relação entre a competência lingüística e o comportamento lingüístico. Assim, incluem-se na gramática:

“(i) um modelo de produção (um “gerador”, em termos computacionais); (ii) um modelo de interpretação; (iii) um estoque de elementos e princípios usados tanto em (i) como em (ii)”.

(Neves, 2004: 81)

Doravante, deter-nos-emos a refletir sobre a constituição do modelo de Dik. Nele, os itens lexicais de uma língua são descritos na predicação, e o léxico se compõe de todos os predicados básicos da língua. O léxico é, portanto, um estoque de estruturas predicativas básicas. Os predicados designam propriedades ou relações e se distinguem categorialmente, de acordo com as propriedades formais e funcionais que apresentam.

A gramática funcional de Dik difere de outros modelos funcionalistas, porquanto visa à análise da estrutura da sentença, levando em conta a representação semântica e a estrutura fonética superficial.

Inicialmente, postula-se uma predicação subjacente, que é atualizada numa forma de expressão, mediante regras que determinam a forma e a ordem em que se dispõem os constituintes da predicação. A predicação se constrói mediante a inserção de termos (que se referem a unidades em um determinado mundo) em estruturas de predicado (as quais constituem “esquemas que especificam um predicado juntamente com um esqueleto das estruturas nas quais ele pode aparecer” (Neves, 2004:83)).

Um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos formam a predicação. A esses conjuntos Dik<sup>13</sup> chama *fundo*. No “fundo”, inclui-se o léxico, o qual encerra as expressões básicas da língua (os termos e predicados básicos). Os termos e os predicados básicos podem ser ampliados mediante regras produtivas, do que resultam termos e predicados derivados. O “fundo” constitui, pois, um estoque de predicados e de termos ilimitado.

Explicitamos, a seguir, um exemplo de construção da estrutura predicativa; antes de fazê-lo, cabem algumas considerações. Para construir a estrutura subjacente de uma frase<sup>14</sup>, é necessária a seleção de um *predicado*. O predicado (ou predicador) é o verbo, que designa propriedades ou relações. É o predicado que estabelece a relação *predicativa*: ele determina o número de termos que o acompanham e a eles atribui um papel semântico. A predicação, que é estabelecida pelo predicado (verbo), designa um estado-de-coisas. O estado-de-coisas é a codificação lingüística (provavelmente também cognitiva) da situação, realizada pelo falante.

O exemplo que se segue foi colhido de Neves (2004:84):

	<b>Termo</b>	<b>Predicado</b>	<b>Termo</b>	<b>Termo</b>
<b>Predicação</b>	Pedro	entregar	o livro	à menina
<b>Estado-de-coisas</b>	entidade 1	relação	entidade 2	entidade 3

(h) Pedro entregar o livro à menina

Estabelecida a predicação, note-se que três entidades se relacionam, a cada uma das quais atribui o predicado um papel semântico (ou temático):

<b>Entidades</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Papel semântico</b>	agente	objeto	recedor
<b>Termos</b>	Pedro	livro	menina

13. Dik (1989, p. 51 *et seq.* *Apud.* Neves, 2004: 83).

14. Dik usa o termo “cláusula”, que se refere à frase ou à oração.